



Mateus Sangoi Frozza
Economista e professor universitário

O cenário de um 8 de março

Um estudo recente divulgado pela Organização das Nações Unidas (ONU) diz que as mulheres representam 49,5% da população mundial. A pesquisa aponta que, no mundo, 50 milhões de adolescentes, entre 15 e 19 anos, já estão casadas. Mais de 100 milhões de meninas e mulheres sofreram mutilação genital. A violência contra a mulher mata mais que o câncer, atingindo a vergonhosa estatística de 70% com idade entre 15 e 44 anos. A estatística das milhões de crianças que não sabem ler e escrever chega ao considerável índice de 16%, sendo 80% composta por meninas. Na média da população brasileira, as mulheres têm 10,7 anos de estudo, enquanto os homens ficam com 9,2 anos, de acordo com o IBGE. A mulher analfabeta ganha 85% do salário de um homem também analfabeto. No caso dele e dela ter curso superior, a diferença aumenta. Segundo o Ministério do Trabalho, a mulher com curso superior só consegue 60% do rendimento financeiro masculino.

Os cargos mais importantes que tenho: pai da Marina, esposo da Camila, filho da Suzete e irmão da Ane e da Ana

Dados técnicos do IBGE apontam que a carga horária do homem, no emprego, é maior, mas o estudo não considera a jornada dupla desempenhada pelas mulheres. Segundo a extinta Fundação de Economia e Estatística (FEE) na análise de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad) de 2014 e do Ministério da Saúde, teve nas principais conclusões do levantamento, a partir da comparação entre mulheres com e sem filhos, que em geral, aquelas que são mães estudam menos e têm menor probabilidade de completar as diferentes etapas de escolaridade. De acordo com o mesmo estudo, no Rio Grande do Sul, as mulheres sem filhos estudam mais e tem expectativa de vida maior que os homens: eles com 72 anos, elas com 79 em média. Apesar do contexto desigual, as mulheres conquistaram seu espaço por competência, liderança e conhecimento nas mais diversas áreas.

Tenho a felicidade de conviver com mulheres que representam esta liderança como a professora Gláucia Ustra Soares, a farmacêutica Marília Hollweg, as professoras Ana Tatsch e Taize Lopes, a engenheira Dirce Barcellos e a reitora da Unifra, irmã Iraní Rupo. Neste 8 de março, quero que as mulheres sejam lembradas pelos exemplos de empreendedorismo, serenidade, paciência, persistência, sensatez e liderança. Dedico este texto às mulheres da minha vida, aos cargos mais importantes que tenho, o pai da Marina, esposo da Camila, o filho da Suzete, o irmão da Ane e da Ana.



Giorgio Forgiarini
Advogado e professor universitário

Direito para quê?

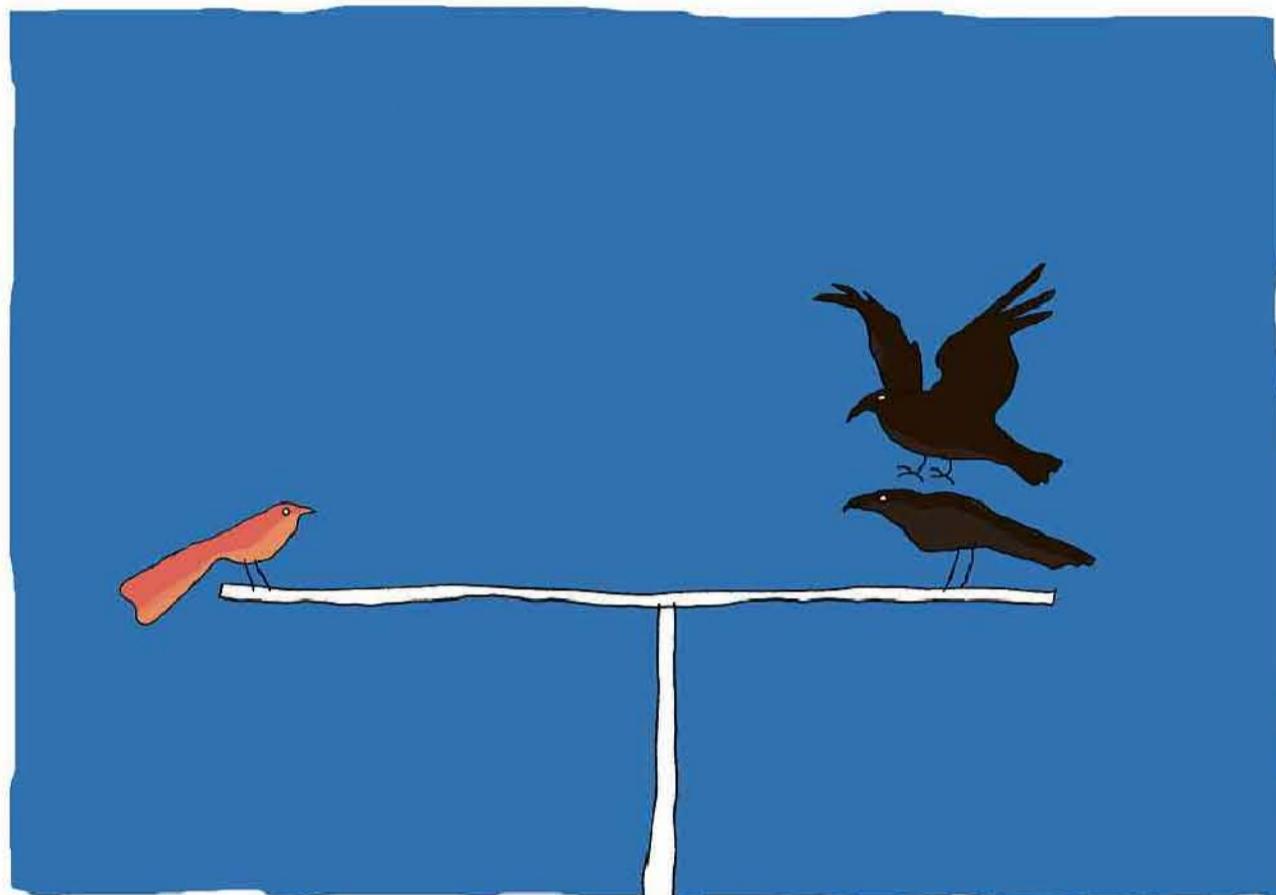


ILUSTRAÇÃO ELIAS

Desde 1999, quando iniciei minha trilha pela academia jurídica, venho me fazendo uma pergunta que, apesar de aparentemente óbvia, é de singular complexidade: afinal de contas, para que serve o direito? De lá pra cá, colecionei algumas respostas, abandonando algumas, na medida em que adotava outras.

Primeiro, pensei que o direito servia para fazer justiça. Tudo bem, mas justiça aos olhos de quem? O que é justiça? Sinceramente, não sei. O que é justo para mim, pode não ser para ti. É justo decepar a mão de um ladrão? No meu ponto de vista, não, mas não demoraria muito para encontrar quem dissesse sim. A ideia de justiça, em si, é bastante subjetiva e, aliás, frequentemente confundida com vingança. É inadequado, então, falar-se em justiça para fundamentar um direito que deverá valer para todos.

O direito serve para manter a ordem, já pensei também. Tá certo, mas qual ordem? De quem? Certamente, um militar tem um conceito distinto de ordem do que tem uma militante LGBT. Para o primeiro, ordem é disciplina, uniformização, rigidez e punição. Para a segunda, ordem é respeitar o livre arbítrio, a diversidade e a individualidade. Então, dizer que o Direito serve para garantir a ordem, igualmente, não me parece algo pertinente. Com o tempo, veio a resposta que me pareceu mais adequada: o direito serve para trazer previsibilidade. Serve para que os cidadãos saibam o que lhes é permitido e o que não é. Para que compreendam, de

maneira clara, as consequências de cada ato. Porém, para que esse fim de previsibilidade seja atingido, é preciso que o direito seja uniforme ou, no mínimo, coerente. Eis nosso problema: o nosso não é!

Veio de um cientista político gaúcho, Luciano Da Ros, a afirmação de que “não há, no Brasil, um Poder Judiciário, mas 17 mil juízes”, ou seja, um amontoado de pessoas que decidem as vidas alheias, muitas vezes, de maneira aleatória, como individualmente creem que devem decidir. Esse fato, aliado a uma legislação casuísta, criada para agradar as bases deste ou daquele deputado, leva-nos à conclusão de que, efetivamente, não temos um “direito”, na acepção da palavra, mas apenas leis isoladas que são mais ou menos aplicadas conforme o caso, o destinatário e o sabor de seus intérpretes.

O resultado disso é uma sensação de insegurança jurídica tremenda. Se o juiz da 1ª Vara diz que pode, o da 2ª Vara diz que não pode. O que, para uns é obrigatório, pra outros não é. Se uns recebem milhões num canetaço, outros morrem na fila para receber seus parcos precatórios. Se as pedaladas fiscais num ano são lícitas, no outro, viram crime de lesa pátria, e por aí vai.

E nessa toada, arbitrariedades vão acontecendo e nem nos damos conta. Já nos acostumamos com isso. Quedamos perdidos frente a decisões diversas, frutos de malabarismos argumentativos dignos de prêmio literário. Com isso sofrem todos: juristas, empreendedores, trabalhadores... e tu também!

É uma sensação de insegurança jurídica tremenda. O juiz da 1ª Vara diz que pode, o da 2ª Vara diz que não pode